



Credibilidade do MP deve se basear em investigação, não em escândalo

Por anos, fui considerado *persona non grata* pelo Ministério Público. Talvez porque lancei livro criticando o poder investigativo, talvez por sublinhar algumas incoerências em muitos artigos. A verdade é que não faltaram motivos. Compreendo perfeitamente. Contudo, percebemos que houve um amadurecimento substancial do órgão fiscalizador ao longo dos anos e, por coerência, devo reconhecer publicamente esse caminhar ministerial.

Após 1988, promotores receberam um “cheque em branco” dos constituintes para atuarem livremente na fiscalização do Poder Público, desvinculando-se do Executivo e constituindo-se uma espécie de quarto poder. Tomando de empréstimo obra recente, podemos muito bem apelidar essa primeira fase de “a era dos escândalos”, porque algumas ações foram usadas mais para servir de instrumento de propaganda institucional do que para o combate ao crime organizado. Não por acaso é que promotor de Justiça tornou-se popular ao ponto de eleger-se.

Não raras vezes, advogados anularam operações federais por completo. E não eram necessários anos para que desmornassem centenas de grampos, afastamento de sigilos e outras arapongagens e excessos rotineiros, tudo bem bronzado pelas luzes dos holofotes da mídia, que ganhou uma fonte inestimável de informação. Metendo os pés pelas mãos, o custo de nulidades passou a ser maior do que o espetáculo de prisões, invasões, camburões e outras performances equivocadas. Enquanto muita gente batia palmas, criticávamos solitariamente.

Querendo controlar a Polícia Civil Judiciária (que precisa urgentemente de mais independência e garantias), o Ministério Público esforçou-se por emplacar a tese do poder investigativo sem intermediários. Quis controlar inquéritos sem filtro judiciário e usou-se do monopólio da Ação Penal Pública como suporte teórico dessas pretensões. Luta por poder. Passados os anos, a sociedade entendeu que não é necessário um escândalo a mais para que a credibilidade ministerial seja confirmada e sim a eficácia das investigações e a validade processual das provas coletadas.

Algo começou a mudar com a gestão de Cláudio Fonteles na Procuradoria-Geral da República. Ainda que defendesse veementemente as posições institucionais do Ministério Público, sua concepção de refrega processual era bem mais contida e publicamente manifestou-se diversas vezes contra os excessos verborrágicos de promotores e procuradores e contra a pirotecnia das operações com a cumplicidade midiática. Foi um grande exemplo. Aposentou-se antes do tempo-limite. Concluiu estar cumprida sua missão. Não se alimentou de poder.



Em atenção à carreira, veio Antônio Fernando de Souza ainda mais reservado. Absolutamente alheio à gula por imagem, preferia falar nos autos, atuar de forma discreta e eficaz. Comandou o Ministério Público Federal e deu um enorme exemplo nacional. Dificilmente dava entrevistas e não gostava de fazer “colunismo social jurídico”. Não aparecia em inaugurações e nem fazia a corte palaciana. Finalmente, temos Roberto Gurgel, outro homem não afeto às luzes dos refletores, cômico da missão ministerial de equilíbrio e seriedade, valores que devem ser sopesados.

A trinca denunciou gente do primeiro escalão, da vanguarda do poder. Sem reserva, sem política, sem medo. De forma verdadeiramente independente, o Ministério Público começou a mirar as vertentes mais fortes da criminalidade brasileira: financiamento de campanha, licitações, lavagem de dinheiro e corrupção. Trabalhou mais com inteligência e menos com truculência.

Em Mato Grosso, há claros sinais de que o Ministério Público está rumando para o mesmo roteiro independente. As últimas ações que dão conta da responsabilização de gestores públicos inauguram uma nova fase completamente nova, de mais nível, de mais intelecto, de mais distanciamento. Há, inclusive, notícias de que mandatários políticos podem ser responsabilizados, o que seria uma enorme demonstração de independência e coerência.

Por isso, não posso deixar de perceber e assinalar essa guinada positiva. Evidente que haverá excesso de acusação, haverá destempero processual, haverá injustiças. Todavia, nota-se a vontade de acertar e findar com a pescaria do lambari e da arraia miúda. É o passo definitivo rumo à credibilidade unânime que não o torna infalível, mas muito confiável. Todos nós estamos amadurecendo na democracia.

Date Created

10/01/2011